

SEMINÁRIO SOBRE  
GÁS NATURAL



Abertura, Competitividade e Trans  
para o Novo Mercado de Gás

14-15 AGOSTO | 2019  
Centro de Convenções SulAmérica - R



Foto: André Luiz Mello/IBP

# Brasil a gás: SOB ALTA PRESSÃO

Mote de mais um programa governamental, dessa feita sob o codinome **Novo Mercado de Gás**, o energético que vem sendo apontado há mais de uma década como o ‘combustível’ da transição energética ‘ganha mais pressão’ para avançar no país. Com uma participação de 12,5% na matriz energética do país – e 34% da geração termoelétrica, quase igual ao da biomassa –, o gás natural torna-se, de novo, um dos focos da atenção da indústria de energia. Embora tenha avançado menos de 50% em uma década – respondia por 8,7% da matriz em 2009 – o potencial de expansão do segmento de gás natural jamais foi questionado. Tanto que não faltaram planos para impulsionar esse mercado, que acabou em ‘pane seca’ devido a indefinições no marco regulatório, quebra de monopólio, acesso à infraestrutura, entre outros. Agora, sob ‘alta pressão’, a aposta é que será possível avançar a todo gás.

Por Beatriz Cardoso

O mercado de gás natural no Brasil ganhou novo impulso nos últimos dois meses com uma série de iniciativas e eventos que buscam consolidar os caminhos para o energético alcançar uma nova posição na matriz energética brasileira.

O ponto de partida foi o lançamento do programa Novo Mercado de Gás, no dia 23 de julho, pelo ministro de Minas e Energia, **Bento Albuquerque**, a partir da assinatura do decreto presidencial N° 9.934, que instituiu o Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN). "Um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo, visando a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento regional, que vai promover uma verdadeira revolução energética e industrial no setor", afirmou o ministro.

### Projetos prioritários

Seis dias depois, a Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) teve aprovado como prioritário o Projeto de Expansão, Suporte e Investimentos à Infraestrutura de Distribuição de Gás Natural na Área de Concessão da Comgás (2019-2024). Com investimentos programados de R\$ 3,47 bilhões entre os anos de 2019 e 2024, o projeto da Comgás foi o primeiro enquadrado como prioritário para emissão de debêntures incentivadas, de acordo com a portaria MME n° 252.

Editada pouco mais de um mês antes (17 de junho), essa portaria regulamentou o processo de enquadramento de projetos prioritários nos setores de óleo, gás e

biocombustíveis para emissão de debêntures incentivadas. Entre as várias atividades do setor de gás natural que podem ter projetos enquadrados nessa portaria estão escoamento da produção, tratamento e processamento, transporte, estocagem subterrânea de gás natural, liquefação de gás natural e regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) e prestação dos serviços locais de gás canalizado.

No mesmo caminho da Comgás, que deve emitir R\$ 2,5 bilhões em debêntures incentivadas, outra empresa do setor, está com projeto enquadrado nessa mesma portaria, segundo o secretário de Petróleo,



Gás Natural e Biocombustíveis do MME, **Márcio Félix**.

"Eu não posso anunciar, porque é uma empresa com ação em bolsa", afirmou o secretário, observando que o valor será menor que o da Comgás.

### Competitividade no setor

O anúncio foi feito por Márcio Félix na abertura do 19º Seminário sobre Gás Natural, promovido a cada dois anos pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), realizado entre os dias 14 e 15 de agosto, no Rio de Janeiro, reunindo especialistas e os principais *stakeholders* dessa cadeia de valor, além de várias autoridades do setor, em diferentes painéis e palestras.

Não por acaso, o tema desse ano foi Abertura, Competitividade e Transição para o Novo Mercado de Gás, referindo-se ao programa governamental que prevê a abertura do mercado de transporte e distribuição de gás natural.

"Diante de uma transformação muito grande no Brasil, o gás natu-

ral se tornou o cerne de qualquer debate, com a promoção da concorrência, o aperfeiçoamento da regulação e distribuição e a eliminação de barreiras tributárias. O gás promoverá a 'patinetização' molecular da economia. Sem meias palavras, esses pilares, conjuntamente, ajudarão na redução significativa do preço do gás", afirmou Félix.

"As medidas do governo promovem a criação de um mercado livre com foco nos grandes consumidores e na importação, que associados aos avanços previstos na tributa-



ção irão tornar o gás natural mais acessível e competitivo, facilitando, assim, a industrialização da economia brasileira", afirmou o presidente do IBP, **José Firmo**, na abertura do evento.

Endossando as palavras do dirigente do IBP, o secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia,



**Alexandre Manoel Ângelo da Silva**, disse que o governo garantirá às empresas do setor acesso à infraestrutura em escoamento e transporte. "Com isso, espera-se que o preço do gás natural se torne mais competitivo".

### Etapas a cumprir

"A chegada da competição permitirá que este Novo Mercado de



Gás cumpra um papel relevante no desenvolvimento do país", afirmou **Luiz Costamilan**, secretário executivo de Gás



Foto: Divulgação



Foto: André Luiz Mello/IBP

Natural do IBP. “A ideia é que em 10 anos a oferta de gás dobre e o setor fique mais dinâmico e competitivo graças aos investimentos em infraestrutura, transporte e as oportunidades, cada vez mais reais, para investidores *midstreamers*”, pontuou.

Para ele, no entanto, são várias as etapas pela frente para melhor efetivação da nova regulamentação. “A ANP, juntamente com as Agências Reguladoras Estaduais terão que se capacitar para a nova realidade. A migração do sistema

de transporte para o modelo de entrada e saída, pelo qual a injeção ou retirada do gás pode ocorrer em qualquer ponto irá requerer uma ampla discussão regulatória”.

A regulação dos consumidores livres e a necessária adequação de tarifas de distribuição em casos específicos, a ser promovida pelas agências estaduais, é imprescindível. É preciso atacar também a questão tributária no transporte de gás natural. “Melhor seria se chamassemos de transmissão, buscando soluções que sejam alinhadas

## Comitê sem sociedade civil

OS PILARES DO PROGRAMA do Novo Mercado de Gás são: promover a concorrência, harmonizar as regulações estaduais e federal no setor, estimular a integração do setor de gás com os setores elétrico e industrial e remover barreiras tarifárias que impeçam a abertura do mercado e a competição.

O Comitê CMGN será composto por membros do MME, Casa Civil, Ministério da Economia, Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Agência Nacional do Petróleo (ANP), e Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ele irá coordenar as ações e atividades dos diversos agentes de estado que vão atuar para a efetiva quebra do monopólio do petróleo e do gás natural no país. Entre as suas competências estão o monitoramento das ações necessárias à abertura do mercado de gás e a proposição de medidas ao CNPE.



Foto: André Luiz Melo/IBP



Foto: Divulgação

com as características da atividade, a fim de reduzir a insegurança jurídica”, observa Costamilan.

Para ele, o acesso à infraestrutura de escoamento e processamento por múltiplos agentes, e a disponibilização de curto prazo de capacidade nos gasodutos de transporte existentes (além da chamada pública da TBG) permitirão a competição na oferta de gás natural, beneficiando os consumidores.

### Mercado em transformação

A abertura do mercado para novos *players* foi destacada por vários participantes do seminário promovido pelo IBP. “A Petrobras retém a posição dominante no mercado com 75% da produção e 40% do consumo. O Novo Mercado de Gás veio para promover a concorrência, acabar com esse monopólio, remover as barreiras tributárias e harmonizar as regulações estatais e federais, gerando um mercado cada vez mais competitivo, com investimentos no transporte de gás, o que vai gerar, no futuro, a diminuição do preço do gás para



o consumidor final”, afirmou **Hélio Bisaggio**, superintendente de Infraestrutura e Movimentação da Agência Nacional do Petró-

leo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Ele repete, em outras palavras, o que disse o diretor geral da Agência, Décio Oddone, no lançamento do programa em Brasília, três semanas antes. “O modelo atual não serve mais. Os interesses do país são maiores do que os de qualquer empresa, por mais importante e emblemática que seja. Assim, o setor de petróleo e gás no Brasil não pode ficar restrito à Petrobras. O programa promove a concorrência, que é fundamental para que as leis de mercado prevaleçam. Também busca a harmonização das regulações estaduais e federal.

Em resposta, a diretora-executiva de Refino e Gás da Petrobras, **Anelise Lara**, afirmou: “A Petrobras



se compromete a sair da atividade de transporte e vai vender as participações que ainda possui da TAG e NTS. A estatal escolheu a opção de ser carregador e comercializador de gás”. A executiva destacou ainda que o mercado tende a crescer, principalmente entre 2020 e 2023, com a entrada dos projetos do pré-sal na Bacia de Santos. “Esses novos investimentos de infraestrutura serão feitos

juntos com os parceiros”, pontuou Anelise Lara.

No evento de encerramento, foi a vez do presidente da Petrobras, **Roberto Castello Branco**, falar sobre



o novo cenário, afirmando que uma das ações da empresa, nesse novo cenário, será a revisão do acordo Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). “Estamos em processo de negociação com a Bolívia e haverá uma significativa redução da tarifa de transporte, que vai reduzir muito o preço. O desenvolvimento do mercado de gás natural é extremamente importante para a reindustrialização”, disse o executivo, ressaltando que apenas em 2025 o volume da produção interna deverá crescer de forma expressiva.

Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a falar do choque de energia, que vai ser impulsionado pela abertura do mercado de gás natural no Brasil. “Essa medida pode contribuir para uma redução de 40% no preço da energia no país em cerca de dois anos”, tem reiterado Guedes, que sinalizou medidas futuras para reduzir a participação do estado no setor. “Não duvido que vamos privatizar coisas maiores”, conclui Guedes, falando diretamente ao presidente da estatal.